



DIRETIVAS ANTECIPADAS DE VONTADE: AUTONOMIA E DIGNIDADE DO PACIENTE HOSPITALIZADO NO PROCESSO DE FIM DE VIDA

Eixo Horizontal: EH8: DIREITO E SAÚDE
Eixo Vertical: EV1: PRÁTICAS PROFISSIONAIS

Fulvio Bergamo Trevizan; Jessica Cristina Guarezi; Karen Cristina Guarezi; Vitória Aparecida Betussi;

Introdução: As Diretivas Antecipadas de Vontades (DAV's), estabelecidas através de documento, trazem os desejos do paciente em relação às condutas médicas a serem tomadas em seu processo de fim de vida. As DAV's visam a minimização do sofrimento frente à proximidade da morte, proporcionando respeito e dignidade ao sujeito adoecido. **Objetivo:** Analisar produção nacional e descrever os benefícios, barreiras e limites do uso das DAV's no contexto brasileiro. **Método:** Revisão sistemática de artigos publicados entre 2014 a 2018, na base de dado Scientific Electronic Library Online (SciELO), utilizando o descritor "diretivas antecipadas", com texto completo disponível, publicados no Brasil, idioma português e/ou inglês. **Resultados:** Foram rastreados 15 artigos, sendo 3 em inglês e 12 em português. Baseando-se nos critérios de inclusão e exclusão, 10 artigos foram indicados para análise. Os artigos analisados abordam, principalmente, a falta de conhecimento sobre as DAV's, interferindo na comunicação entre paciente, família e equipe médica, dificultando a autonomia da escolha. **Discussão:** Os estudos revelaram um cenário brasileiro escasso em relação à compreensão do conceito. Já pesquisas que apontaram maior conhecimento sobre DAV's, descrevem algumas barreiras na implantação, tais como incapacidades de uso da ferramenta atribuído à falta de leis que regulamentem o processo, a incompreensão de familiares, embates culturais e religiosos, dificuldade de aceitação do paciente e, inclusive, instabilidade emocional do profissional na elaboração das DAV's. **Conclusão:** As DAV's estão sendo pouco difundidas e, quando são, trazem desconhecimentos que geram barreiras na sua aplicação prática. A legalização do processo somado ao respaldo jurídico dos profissionais de saúde resultariam na ampliação dos estudos, aumentando a conexão entre os profissionais e a família, proporcionando discussões com familiares e doentes a fim de esclarecer o processo de fim de vida, possibilitando o uso das DAV's e proporcionando maior autonomia e dignidade ao paciente.